



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 882/11

Institui a Política Estadual de Valorização do Artesanato.

Art. 1º Fica instituída a Política Estadual de Valorização do Artesanato, com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento sustentável, fortalecer as tradições culturais e locais, incentivar o processo artesanal e a manutenção da geração de trabalho e renda no Estado.

Art. 2º Para fins desta Lei considera-se:

I – artesão: aquele de detém o conhecimento do processo produtivo, sendo capaz de transformar a matéria-prima, criando ou produzindo obras que tenham uma dimensão cultural, exercendo atividade predominantemente manual, principalmente na fase de formação do produto, podendo contar com o auxílio de equipamentos, desde que não sejam automáticos ou duplicadores de peças;

II – artesanato: o objeto ou conjunto de objetos utilitários e decorativos para o cotidiano, produzidos de maneira independente, usando-se matéria-prima em seu estado natural ou processada industrialmente, em cuja produção a destreza manual do homem seja imprescindível e fundamental para imprimir ao objeto características próprias, que reflitam a personalidade e a técnica do artesão, e que sejam comercializados por meio de entidade incentivadora da atividade ou encaminhados diretamente ao consumidor final, sem intermediários.

§ 1º Não será considerado artesão:

I – aquele que trabalhar de forma industrial, com predomínio de máquinas e utilizar trabalho assalariado ou de produção em série industrial;

II – aquele que realizar somente uma parte do processo da produção artesanal, sem conhecimento técnico ou participação do restante, até seu acabamento final.

§ 2º Não será considerado artesanato o objeto que seja:

I – resultado de simples montagem com matéria industrializada ou produzida por outras pessoas;

II – produto alimentício;

III – produto oriundo de pesca, mesmo da chamada pesca artesanal;

IV – produto de lapidação de pedras preciosas e semipreciosas e da ourivesaria;

V – a reprodução em papel, madeira, tecido e outras matérias-primas de produtos industrializados, bem como a mera reprodução de desenhos de terceiros ou protegidos por direitos autorais;

VI – a pintura enquanto matéria-prima, exceto quando for técnica principal e enquadrar-se no inciso II do *caput*.

Art. 3º São diretrizes da Política Estadual de Valorização do Artesanato:

I – valorização da identidade e cultura paranaense, por meio da expansão e renovação da técnica do artesanato e do incentivo das entidades de apoio;

II – integração da atividade artesanal com outros setores e programas de desenvolvimento sustentável;

III – qualificação permanente dos artesãos e estímulo ao aperfeiçoamento dos métodos e processos de produção.

IV – definição dos requisitos para que os artesãos possam se beneficiar das políticas e incentivos públicos ao setor;

V – identificação dos artesãos e das atividades artesanais, conferindo-lhes maior visibilidade e valorização social;

VI – certificação da qualidade do artesanato, com valorização dos produtos e das técnicas artesanais.

Art. 4º O artesanato paranaense, desde que atendidos os critérios definidos no art. 2º desta Lei, será assim classificado para fins de certificação:

I – artesanato indígena: entendido como o resultado do trabalho de uma comunidade indígena, no qual se identifica o valor de uso e a relação social da correspondente comunidade;

II – artesanato tradicional: entendido como a manifestação popular que conserva os costumes e a cultura de um determinado povo ou região;

III – artesanato típico regional ético: entendido como manifestação popular específica, identificada pela relação e manutenção dos costumes e cultura, resultado da ocupação e colonização do Estado;

IV – artesanato contemporâneo: identificado pela habilidade manual que incorpore elementos de diversas culturas urbanas ou apele inovação tecnológica pelo uso de novos materiais.

V – artesanato manual: modalidade que exige destreza e habilidades com padrões pré-definidos em que a matéria-prima não passa por transformação e a produção é sistemática.

Art. 5º Para fins desta Lei, a atividade do artesão deverá ser registrada junto ao órgão do Estado responsável pelo seu controle, inclusive quanto à matéria-prima utilizada.

Art. 6º Todos os artesãos terão carteira de identificação e registro, com validade de quatro anos, renovável ao final do período.

Art. 7º Para obter o registro, o artesão deverá demonstrar conhecimento e domínio prático da atividade artesanal.

Parágrafo único. A avaliação para a concessão de registro do artesão deverá ser objetiva e orientada pelos seguintes critérios:

- I – conhecimento da matéria-prima e da sua aplicação no artesanato;
- II – capacitação e domínio técnico completo;
- III – estética e acabamento da peça.

Art. 8º O interessado deverá, em todos os casos, demonstrar que realiza o trabalho de elaboração da peça do princípio ao fim, apresentando amostras do artesanato.

Parágrafo único. O artesanato que alcançar padrões de qualidade e *design* especificados em regulamento será certificado por selo de qualidade que lhe ateste tais padrões.

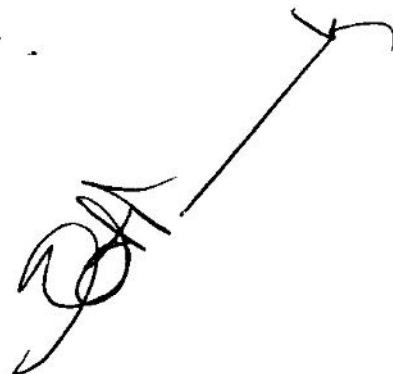
Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 15 de maio de 2013.




ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 249/13

Dispõe sobre a permanência de equipe de paramédicos e ambulância nos locais de realização de provas para vestibulares, seleções, concursos públicos ou privados, shows e demais eventos similares, no âmbito do Estado do Paraná.

Art. 1º As entidades responsáveis pela organização e/ou realização de vestibulares, seleções, concursos públicos ou privados, shows e demais eventos similares que aglutinem no mesmo local duas mil pessoas ou mais deverão manter no local da realização, às suas expensas, equipe de paramédicos e ambulância para atendimento de primeiros socorros.

Art. 2º Os profissionais da equipe paramédica deverão estar habilitados e inscritos nos órgãos profissionais competentes, na forma da legislação vigente.

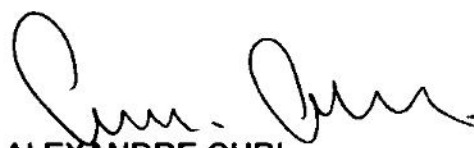
Art. 3º A ambulância e a equipe de paramédicos deverão permanecer no local da realização do evento em todo o seu período de duração, estando presentes com antecedência de uma hora à abertura dos portões e trinta minutos após o encerramento, posicionando-se em local estratégico, com facilidade de acesso e locomoção.

Art. 4º O descumprimento dos dispositivos desta Lei acarretará ao infrator a imposição de multa no valor de trinta Unidades de Padrão Fiscal do Paraná - UPF/PR.

Art. 5º Esta Lei será regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de noventa dias, contado a partir da data de sua publicação oficial.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 15 de maio de 2013.



ALEXANDRE CURI
Presidente



Relator





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 147/13

Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel que especifica, situado no Município de Foz do Iguaçu, à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a cessão de uso à Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR de uma área com 1.343,58 m² destinada à instituição da Faixa de Servidão de Passagem de Interceptor de Esgoto, sendo parte do lote sob nº 2.370, situado na Parte Sul do Patrimônio do Quadro Urbano do Município de Foz do Iguaçu, constante na Matrícula nº 67.481, do Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição da Comarca de Foz do Iguaçu, de propriedade do Estado do Paraná.

Art. 2º O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, será usado exclusivamente para a instalação da Rede Coletora de Esgotos Sanitários no Município de Foz do Iguaçu, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

Art. 3º A presente cessão terá vigência de trinta anos, podendo ser prorrogada mediante acordo entre as partes.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 15 de maio de 2013.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator





PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

ANTEPROJETO DE LEI 71/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a transformar o Hospital Regional Wallace Thadeu de Mello e Silva em Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais e transferi-lo para a Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a transformar o Hospital Regional Wallace Thadeu de Mello e Silva, da Secretaria de Estado da Saúde – SESA, em Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais – HURCG e transferi-lo para a Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, vinculada à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI.

§ 1º O Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais – HURCG deve integrar o Sistema Único de Saúde/SUS no âmbito do Estado do Paraná, na prestação de serviços ambulatoriais e hospitalares à população, servindo de suporte acadêmico às atividades de ensino, pesquisa e extensão da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

§ 2º O Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais – HURCG deve integrar a rede hospitalar pública de atendimento conforme definições da Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 2º As providências organizacionais, administrativas, orçamentárias e patrimoniais indispensáveis ao processo de transformação referido no *caput* do art. 1º desta Lei, serão regulamentadas pelo Poder Executivo no prazo de 120 (cento e vinte) dias.

Art. 3º Os servidores alocados no Hospital Regional Wallace Thadeu de Mello e Silva exercerão suas atividades no Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais até seu remanejamento para outras unidades organizacionais, ficando a responsabilidade orçamentária e financeira sob a égide da Secretaria de Estado da Saúde – SESA enquanto perdurar a alocação.

Art. 4º Ficam criados na estrutura da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI, os cargos de provimento em comissão de direção, chefia e assessoramento do Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais – HURCG, simbologias DAS-1 (01 cargo), DAS-4 (03 cargos) e DAS-5 (11 cargos).

Parágrafo único. Ficam extintos da estrutura da Secretaria de Estado da Saúde os cargos de provimento em comissão de direção, chefia e assessoramento, alocados no Hospital Regional Wallace Thadeu de Mello e Silva.

Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado a destinar ou remanejar dotações orçamentárias para possibilitar a execução da presente Lei.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

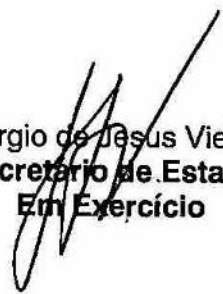
Palácio do Governo, em 07 de março de 2013.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

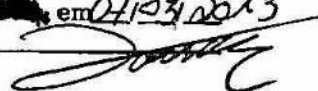
DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins, que a criação dos cargos constante do protocolado n.º 11.511.752-1, na estrutura da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI, não causará impacto financeiro para o Estado, visto que serão extintos os cargos existentes na Secretaria de estado da Saúde – SESA na mesma proporção da criação dos cargos equivalentes na SETI.

Curitiba, 07 de março de 2013.



Sérgio de Jesus Vieira
Secretário de Estado
Em Exercício

Confere com o original
CC em 07/03/2013
Ass. 

MENSAGEM

Nº 018 /2013

Curitiba, 07 de março de 2013.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 12 MAR. 2013

1º Secretário

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente

II – À DL para providências.

Em, 11/03/13

Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a transformar o Hospital Regional Wallace Thadeu de Mello e Silva, vinculado à Secretaria de Estado da Saúde – SESA, em Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais – HURCG, transferindo sua vinculação para a Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG que, por sua vez, é vinculada à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI.

A Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG possui cursos na área de saúde desde a sua fundação. A excelência no ensino nessa área foi conquistada com um corpo docente altamente qualificado e estrutura para ensino e pesquisa de ponta. Os laboratórios e clínicas nas áreas de farmácia, enfermagem e odontologia são equipados e modernos, propiciando uma vasta produção científica em nível internacional, além da abertura de curso de pós graduação *lato sensu* e *stricto sensu* altamente conceituados.

Essa história de sucesso proporcionou à UEPG o início do curso de medicina no ano de 2003, reaberto em 2009. Este curso segue na mesma trajetória de sucesso dos outros cursos historicamente consagrados. Com algumas alterações e aproveitando muito da estrutura e do corpo docente já existente, já nos primeiros anos o curso de medicina da UEPG conseguiu atingir seus objetivos de ensino/pesquisa/extensão. Como demanda de um projeto pedagógico de vanguarda, associado às diretrizes do Ministério da Educação (MEC), os alunos foram, desde os primeiros dias de aula, inseridos em atividades clínicas/epidemiológicas, através de convênio com a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, o que, inclusive, permitiu o uso de algumas unidades básicas de saúde como campo de estágio.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot.11.511.752-1



A partir do segundo ano, mas principalmente do terceiro ano em diante, os alunos iniciaram o contato com as disciplinas clínicas. Essas disciplinas necessitam de ambulatórios e enfermarias especializadas, encontradas em hospitais de atendimentos secundário e terciário. No momento, essas aulas têm sido realizadas principalmente através de convênio com a Santa Casa de Misericórdia de Ponta Grossa, bem como no Hospital Regional de Ponta Grossa.

Está planejado para o mês de junho de 2013 o início do Internato Médico. Essa parte do curso é caracterizada por estágio com imersão em unidades de saúde com urgências e emergências, assim como com pediatria, tocoginecologia, clínica médica e clínica cirúrgica. Como é possível observar, nesse ponto é muito importante a integração do curso de medicina com a unidade de estágio, que deve ser preferencialmente um hospital universitário.

A própria definição de hospital universitário demonstra como o MEC classifica a importância dos hospitais ligados às universidades e o impacto de sua atuação na comunidade:

“Os hospitais universitários são centros de formação de recursos humanos e de desenvolvimento de tecnologia para a área de saúde. A efetiva prestação de serviços à população possibilita o aprimoramento constante do atendimento e a elaboração de protocolos técnicos para as diversas patologias. Isso garante melhores padrões de eficiência, à disposição da rede do Sistema Único de Saúde (SUS). Além disso, os programas de educação continuada oferecem oportunidade de atualização técnica aos profissionais de todo o sistema de saúde. Os hospitais universitários apresentam grande heterogeneidade quanto à sua capacidade instalada, incorporação tecnológica e abrangência no atendimento. Todos desempenham papel de destaque na comunidade onde estão inseridos.”

O Hospital Regional de Ponta Grossa nasceu e cresceu no Campus de Uvaranas da UEPG, com o foco voltado para ser um grande centro de ensino e pesquisa que oferecesse atendimento de qualidade em nível terciário para toda a região dos Campos Gerais, exclusivamente pelo Sistema Único de Saúde.

Trata-se de um hospital em fase de implantação progressiva de seus serviços, tornando-se gradativamente uma referência para a Região dos Campos Gerais. Com a administração da UEPG e a sua transformação em Hospital Universitário pode-se esperar: a) maior qualidade na formação de médicos e outros profissionais da saúde egressos da UEPG; b) ampliação no número e na qualidade dos projetos de pesquisa da UEPG; e, c) maior atuação do hospital em projetos de educação continuada e de atendimento diferenciado à população dos Campos Gerais.

Assim, pode-se concluir que não há maior beneficiário da transformação pretendida que o paciente, em especial o usuário do Sistema Único



de Saúde, bem como a região dos Campos Gerais.

Por fim, cabe ressaltar que a criação dos cargos propostos no artigo 4º do Anteprojeto de Lei ora submetido à aprovação dessa Casa de Leis não esbarra na vedação prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal, pois substituirão aqueles mesmos cargos existentes na estrutura da Secretaria de Estado da Saúde, cuja extinção também é prevista no parágrafo único do mesmo dispositivo.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



REQUERIMENTO
DE REGIME DE URGÊNCIA



Súmula: REQUER REGIME DE URGÊNCIA
NA TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI
N.071/2013.

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente
subscrive, **REQUER**, após ouvido o Soberano Plenário, **REGIME
DE URGÊNCIA** na tramitação do **PROJETO DE LEI N. 071/13** de
autoria do Poder Executivo, conforme preceitua o art. 182 do
Regimento desta Casa.

2013

Sala das Sessões, 26 de março de

Plauto Miró
DEPUTADO PLAUTO MIRÓ

Anote-se e encaminhe-se
Para Providências
DL, 27/03/13

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

14:59 26/03/2013 002385 MP ASSINATURA LEGISLATIVA DO PARANÁ



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 71/2013

Projeto de Lei nº 71/2013

Autor: Poder Executivo - Mensagem nº 018/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a transformar o Hospital Regional Wallace Thadeu de Mello e Silva em Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais e transferi-lo para a Universidade Estadual de Ponta Grossa.

EMENTA: SAÚDE. TRANSFORMAÇÃO DE HOSPITAL REGIONAL EM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO VINCULADO À UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65, 66 E 87 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER FAVORÁVEL. APROVAÇÃO NA FORMA DA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo objetiva transformar o Hospital Regional Wallace Thadeu de Mello e Silva, vinculado à Secretaria de Estado da Saúde - SESA, em hospital Universitário Regional dos Campos Gerais - HURCG, transferindo sua vinculação para a Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG que, por sua vez, é vinculada à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A: Cabe à Comissão de Constituição e Justiça compete:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Destarte, cumpre salientar que a **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ** determina que a iniciativa das leis ordinárias cabe ao Poder Executivo (Governador do Estado), vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao



Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Corroborar deste entendimento o artigo 124 do **REGIMENTO INTERNO** desta Casa de Leis:

Art. 124 A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifos nossos)

A **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ** estabelece que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta, criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado, bem como da organização e funcionamento da administração estadual, nos termos dos artigos 66 e 87:

Art. 66 - Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

(...)

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87 - Compete privativamente ao Governador:

(...)

VI - Dispor sobre a organização e funcionamento da administração estadual na forma da lei.

Ademais, devemos observar que o Projeto de Lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00 que determina que a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro, no entanto, *in casu*, NÃO HAVERÁ impacto, uma vez que serão extintos os cargos existentes na SESA na mesma proporção da criação dos cargos equivalentes na SETI.

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei e, no que se refere à Lei de Responsabilidade Fiscal, o Projeto em tela encontra-se sob o amparo constitucional e legal.

No entanto, não podemos deixar de observar o disposto no art. 238 da Constituição Estadual do Paraná que em suma proíbe a alteração de nomes próprios públicos estaduais, conforme abaixo:

"Art. 238. É vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais e municipais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, salvo para correção ou adequação aos termos da lei; é vedada também a inscrição de símbolos ou nomes de



autoridades ou administradores em placas indicadoras de obras ou em veículo de propriedade ou a serviço da administração pública direta, indireta ou fundacional do Estado, a partir da promulgação desta Constituição, inclusive a atribuição de nome de pessoa viva a bem público de qualquer natureza, pertencente ao Estado ou ao Município. (grifo nosso).

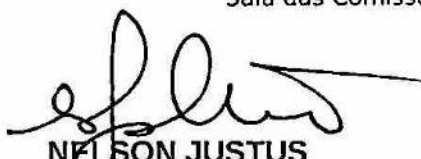
Ademais, a lei 8.761 de 29 de abril de 1988 veda expressamente tal alteração tendo em vista a preservação da memória tradicionalista paranaense, razão pela qual faz-se necessário a emenda substitutiva geral anexada.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o Projeto de Lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.



CONCLUSÃO

Diante do exposto e em virtude de se encontrar revestido de **LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE**, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, **na forma da EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL** (anexado).

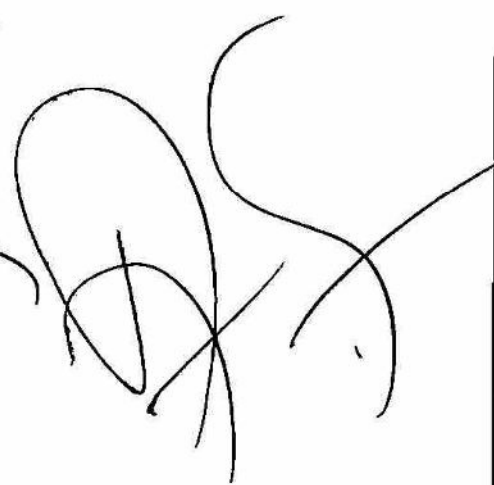
Sala das Comissões, 26 de março de 2013.


NELSON JUSTUS
Presidente


PR. EDSON PRACZYK
Relator









EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 71/2013

De acordo com o que determina o artigo 137, §2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, faz-se necessária a apresentação da presente emenda substitutiva geral para alterar a redação do projeto, o qual passará a contar com a seguinte redação:

Súmula: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A TRANSFORMAR O HOSPITAL REGIONAL WALLACE THADEU DE MELLO E SILVA EM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO REGIONAL DOS CAMPOS GERAIS WALLACE THADEU DE MELLO E SILVA E TRANSFERÍ-LO PARA A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA - UEPG.

"Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a transformar o Hospital Regional Wallace Thadeu de Mello e Silva, da Secretaria de Estado da Saúde – SESA, em Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais Wallace Thadeu de Mello e Silva e transferí-lo para a Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, vinculada à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI.

§ 1º. O Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais Wallace Thadeu de Mello e Silva deve integrar o Sistema Único de Saúde/SUS no âmbito do Estado do Paraná, na prestação de serviços ambulatoriais e hospitalares à população, servindo de suporte acadêmico às atividades de ensino, pesquisa e extensão da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

§ 2º. O Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais Wallace Thadeu de Mello e Silva deve integrar a rede hospitalar pública de atendimento conforme definições da Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 2º. As providências organizacionais, administrativas, orçamentárias e patrimoniais indispensáveis ao processo de transformação referidos no *caput* do art. 1º desta Lei, serão regulamentadas pelo Poder Executivo no prazo de 120 (cento e vinte) dias.

Galipe Gondim
Coordenadora da CCJ
Mat. 6246

recebido 26.03.13.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
LIDERANÇA DO GOVERNO



Art. 3º. Os servidores atualmente alocados no Hospital Regional Wallace Thadeu de Mello e Silva exercerão suas atividades no Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais Wallace Thadeu de Mello e Silva, ficando a responsabilidade orçamentária e financeira sob a égide da Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 4º Ficam criados na estrutura da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI, os cargos de provimento em comissão de direção, chefia e assessoramento do Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais Wallace Thadeu de Mello e Silva, simbologia DAS - 1 (01 cargo), DAS - 4 (03 cargos) e DAS - 5 (11 cargos).

Parágrafo Único. Ficam extintos da estrutura da Secretaria de Estado da Saúde os cargos de provimento em comissão de direção, chefia e assessoramento, alocados no Hospital Regional Wallace Thadeu de Mello e Silva.

Art. 5º. Fica o Poder Executivo autorizado a destinar ou remanejar dotações orçamentárias para possibilitar a execução da presente Lei.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 26 de março de 2013.

DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO

RELATOR

Pericles Mello

Pr. Edson Praczyk

APROVADO

26.03.13



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PROPOSIÇÃO: Projeto de Lei nº 071/13

AUTOR: PODER EXECUTIVO – MENSAGEM Nº 018/13

PRESIDENTE: Deputado JONAS GUIMARÃES

RELATOR: Deputado WALDYR PUGLIESI

Certifico para os devidos fins, que esta **COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS**, analisou o presente **Projeto de Lei nº 071/13**, em reunião na data de **03/04/2013**, exarando **PARECER FAVORÁVEL**.

Remeta-se à Diretoria Legislativa para as providências devidas.

Curitiba, 03 de abril de 2013.

Secretário da Comissão



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 071/13

O Plano de Lei em análise é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 018/13 que autoriza o Poder Executivo a transformar o Hospital Regional Wallace Thadeu de Mello e Silva, da Secretaria de Estado da saúde – SESA, em Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais – HURCG e transferi-lo para a Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, vinculada à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI.

Preliminarmente observamos que a matéria foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Deputado Pastor Edson Praczyk, exarou o devido parecer favorável, com a inclusão de Emenda Substitutiva Geral, que visa a manutenção do nome do Hospital Regional Wallace Thadeu de Mello e Silva, tendo em vista a proibição de alteração de nomes próprios públicos estaduais, conforme o disposto no art. 238 da Constituição do Estado do Paraná.

Procedida a análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a observar que a matéria está tramitando em Regime de Urgência, por requerimento subscrito pelo Nobre Deputado Plauto Miro Guimarães, aprovado em sessão plenária do dia 26 de março do corrente.

Importante salientar que, a Constituição do Estado do Paraná, por meio dos arts. 65, 66 e 87, garantem ao Governador do Estado a iniciativa de leis dessa natureza.

Em relação ao impacto orçamentário-financeiro a proposta encontra-se justificada, tendo em vista, que a mesma, faz-se acompanhar da Declaração do Senhor Sérgio de Jesus Vieira, Secretário de Estado em exercício da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

Superior, informando que a matéria não causará impacto financeiro para o Estado, tendo em vista que serão extintos os cargos existentes na Secretaria de Estado da saúde – SESA, na mesma proporção da criação dos cargos equivalentes da SETI.

Sendo assim, nada encontramos que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 03/04/13

Ass.
DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE

DEPUTADO WALDYR PUGLIESI
RELATOR

Dep. Dianteiro

Dep. Grande J.

Dep. Pedro Laurion



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 71/13

Autoria: - Poder Executivo

I — RELATÓRIO

O Projeto de Lei em tela foi encaminhado pelo chefe do Executivo Estadual, acompanhado da Mensagem n.º 018/2013, para este Legislativo, a fim de ser apreciado e votado pelos pares desta Casa, e tem como proposta “autorizar o Poder Executivo a transformar o Hospital Regional Wallace Thadeu de Mello e Silva em Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais e transferi-lo para a Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG”.

A proposta encaminhada tem por finalidade beneficiar o paciente, em especial o usuário do Sistema Único de Saúde, bem como a região dos Campos Gerais.

Com a administração da UEPG e a sua transformação em Hospital Universitário pode-se esperar; maior qualidade na formação de médicos e outros profissionais da saúde egressos da UEPG; ampliação no número e na qualidade dos projetos de pesquisa da UEPG e maior atuação do hospital em projetos de educação continuada e de atendimento diferenciado à população dos Campos Gerais.

A proposta apresentada, não provocará impactos financeiros imediatos, conforme informações do Ordenador de Despesas, desta forma encontra o amparo legal não violando a Lei Complementar Federal nº 101/00.

II — DA FUNDAMENTAÇÃO DO PARECER

A proposta ora em análise tramitou pela Comissão de Constituição e Justiça e Comissão, com parecer favorável, com a inclusão de Emenda Substitutiva Geral, que visa a manutenção do nome do Hospital Regional Wallace Thadeu de Mello e Silva, e a Comissão de Finanças exarou o devido parecer favorável.

A Constituição do Estado do Paraná estabelece que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta, criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado, bem como da organização e funcionamento da administração estadual, nos termos dos artigos 66 e 87:

Art. 66 – Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
CENTRO LEGISLATIVO PRESIDENTE ANÍBAL KHURY
COMISSÃO DE ORÇAMENTO



(...)

IV – criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87 – Compete privativamente ao Governador:

(...)

VI – Dispor sobre a organização e funcionamento da administração estadual na forma da Lei.

Devemos observar que a proposta legislativa encontra-se embasada na Lei de Responsabilidade Fiscal:

“Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

(...)

II – declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

A autonomia do Poder e a sua função fiscalizadora devem ser sempre mantidas, para que o papel das Instituições tenha legitimidade na consolidação do processo democrático. Assim a definição de limites e/ou critérios aprovados pelos instrumentos legais é a garantia de que este Legislativo exerce com plenitude o seu papel constitucional.

III — CONCLUSÃO

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar no projeto de lei em epígrafe, conforme preceitua o § 4º, do artigo 33 do Regimento Interno, nosso parecer é favorável.

Sala de Reunião das Comissões, Em 10 DE ABRIL 2013

DEP. NEREU MOURA

Presidente

DEP. DR. BATISTA

Relator

Dep. Nereu Moura
Dep. Jovair Moura
Dr. B.

Dep. Dr. Batista
Dep. Pastor Edison
Eduardo Bührer



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Ciência e Tecnologia



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 71/2013

Autoriza o Poder Executivo a transformar o Hospital Regional Wallace Thadeu de Mello e Silva em Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais Wallace Thadeu de Mello e Silva e transferi-lo para a Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG.

RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 71/2013, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivos transformar o Hospital Regional Wallace Thadeu de Mello e Silva em Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais Wallace Thadeu de Mello e Silva e transferi-lo para a Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG.

Em observação ao art. 33-T, do Regimento Interno, cabe a esta Comissão de Ciência e Tecnologia manifestar-se em relação ao Projeto de Lei em tela.

Art. 33-T Compete à Comissão de Ciência e Tecnologia, manifestar-se em proposições que:

I - objetivem à promoção do desenvolvimento científico e tecnológico.

FUNDAMENTAÇÃO

Observamos que a matéria está tramitando em Regime de Urgência, por requerimento subscrito pelo Deputado Plauto Miró Guimarães. Salientamos que de acordo com os arts. 66 e 87 da Constituição do Estado do Paraná, é garantida ao Poder Executivo a iniciativa de leis desta natureza.

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:
(...)

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

(...)

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury Comissão de Ciência e Tecnologia



Assim, e verificando que o presente projeto de lei não causará impacto orçamentário para o Estado, tendo em vista que serão extintos os cargos existentes na Secretaria de Estado da Saúde na mesma proporção da criação dos novos cargos na Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, esta Comissão não vislumbra qualquer impedimento para seu trâmite.

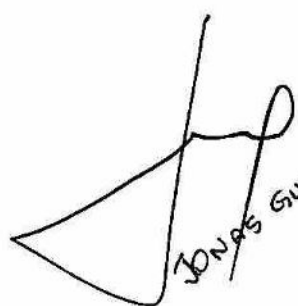
CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Comissão de Ciência e Tecnologia emite parecer FAVORÁVEL à aprovação do Projeto de Lei nº 71/2013.

Sala das Comissões, 16 de abril de 2013.


Dep. TERUO KATO
Presidente


Relator
PASTOR PRACZYK


JONAS GUIMARÃES


ENIO VERRI


ADELSON RABELO


ELCIO BUSCH


BERNARDO CARLI



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 071/2013

O presente Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a transformar o Hospital Regional Wallace Thadeu de Mello e Silva em Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais e transferi-lo para a Universidade Estadual para a Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG.

A matéria já recebeu análise, da constitucionalidade e legalidade, da Douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável.

Chamada a opinar, a Comissão de Saúde Pública encontra méritos indiscutíveis no Projeto de Lei em tela, pois a proposta tem por objetivo transformar o Hospital Regional Wallace Thadeu de Mello e Silva, vinculado à Secretaria de Estado da Saúde – SESA, em Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais – HURCG, transferindo a sua vinculação para a Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG que, por sua vez, é vinculada à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI. Assim, pode-se concluir que não há maior beneficiário da transformação pretendida que o paciente, em especial o usuário do Sistema Único de Saúde, bem como a região dos Campos Gerais.

Isto posto, opinamos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em 24 de abril de 2013.

DR. BATISTA
Presidente

Relator

STEFANES



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Péricles de Mello

Emenda de Plenário nº 01

DAP 06 MAIO 2013

Visto *Cláudio*

EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 71/2013



00
Acréscce o parágrafo único ao artigo 3º, do Projeto de Lei 71/2013, de autoria do Poder Executivo. Tendo o parágrafo a seguinte redação:

Parágrafo único: No caso de contratação de novos servidores, terão prioridade de nomeação os profissionais já aprovados no concurso sob edital n 115/2009, realizado pela Cops/Uel.

00
Sala de Sessões, 6 de maio de 2013;

Péricles de Mello
PÉRICLES DE MELLO
DEPUTADO ESTADUAL

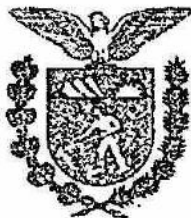
Plauto Miró
PLAUTO MIRÓ
DEPUTADO ESTADUAL

Dep. Elton
DEP. ELTON

Dep. Luciana
DEP. LUCIANA

Dep. Tadeu
DEP. TADEU

Dep. Emílio
DEP. EMÍLIO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 71/2013

Projeto de Lei nº 71/2013 - mensagem

Autores da Emenda Aditiva - Deputado Plauto Miró e Péricles H. de Melo

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a transformar o Hospital Regional Wallace Thadeu de Mello e Silva em Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais e transferi-lo para a Universidade Estadual de Ponta Grossa.

EMENTA: EMENDA ADITIVA. POSSIBILIDADE. ARTS. 29, § 1º, III, 138, 137, §3º E 141, I, DO REGIMENTO INTERNO DA ALEP. CONSTITUCIONAL. RESOLUÇÃO SOB Nº. 2873 DA SEAP. PRECEDENTES DO STF. SÚMULAS Nº. 15 E 685 DO STF. ANÁLISE PELA APROVAÇÃO NA FORMA DA SUBEMENDA EM ANEXO.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo objetiva transformar o Hospital Regional Wallace Thadeu de Mello e Silva, vinculado à Secretaria de Estado da Saúde - SESA, em hospital Universitário Regional dos Campos Gerais - HURCG, transferindo sua vinculação para a Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG que, por sua vez, é vinculada à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ocorre que, em data de 06 de maio, durante a segunda discussão na Sessão Plenária, o referido projeto recebeu Emenda Aditiva. Por esta razão é que a referida Emenda submetem-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, cumpre esclarecer que compete a esta **Comissão de Constituição e Justiça** a análise inicial de verificação quanto à legalidade e constitucionalidade das Emendas de Plenário, com a devida verificação de legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembleia Legislativa:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Assim, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno desta casa de Leis, uma vez que a emenda foi proposta em segunda discussão durante Sessão Plenária, apoiada por seis dos Deputados presentes.

No que tange a Emenda Aditiva proposta, em síntese, pretende adicionar o *Parágrafo único* ao artigo 3º, no sentido de ter ***prioridade de nomeação os profissionais já aprovados no concurso sob edital nº. 115/2009, realizado pela Cops/UEL.***

O Regimento Interno, em seu art. 137, caput, prevê a possibilidade em oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como Emenda Aditiva, conforme aponta o §3º deste referido artigo. Senão vejamos:

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 3º Emenda aditiva é a proposição que se acrescenta à outra. (grifo nosso).

Acerca da viabilidade e a fim de proporcionar uma ampla e adequada apreciação à Emenda Aditiva, sugere-se, por esta Comissão, com fulcro nos artigos 29, § 1º, III e 138 do Regimento



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Interno desta Casa, que seja emendada a emenda Aditiva, na forma de Subemenda, consoante se infere:

Art. 29 A Assembleia, depois de eleita a Mesa, organizará as Comissões Permanentes, dentro de quinze dias.

§ 1º Às Comissões Permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outras:

III - apresentar substitutivos, emendas e subemendas; (grifo nosso)

Art. 138 A emenda apresentada a outra emenda denomina-se subemenda.

O item 1.7 do edital já mencionado dispõe que, "O prazo de validade do Cadastro de Reserva esgotar-se-á em 2 (dois) anos, a contar da data de publicação do ato de homologação do resultado final do Concurso Público, podendo vir a ser prorrogado, uma única vez, por igual período, a critério da Administração Pública Estadual."

Nesse diapasão, O Secretário de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, no uso das suas atribuições, através da **Resolução sob nº. 2873**, "resolveu prorrogar por dois anos o prazo de validade do concurso público regulamentado pelo Edital 115/2009", consoante se inferem em anexo.

No sentido de verificar a legalidade da emenda proposta, ressaltam-se as **Súmulas nº. 15 e 685** do Supremo Tribunal Federal - STF que assim dispõe:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Súmula 15 - entre do prazo de validade do concurso, o candidato aprovado tem o direito à nomeação, quando o cargo for preenchido sem observância da classificação.

Súmula 685 - É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.

Corroborando com o entendimento acima, vejamos o que preceitua o ilustre Min. Gilmar Mendes:

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. SERVIDOR PÚBLICO. PROVIMENTO DE CARGOS PÚBLICOS POR FUNCIONÁRIOS TERCEIRIZADOS EM DETRIMENTO DE CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO. FUNÇÕES VINCULADAS ÀS ATIVIDADES FINIS DO HOSPITAL DAS CLÍNICAS MANTIDO POR AUTARQUIA FEDERAL. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO À DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA. INOCORRÊNCIA. DEVER DO ESTADO DE PROVER CARGOS PÚBLICOS NOS TERMOS DETERMINADOS PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (ART. 37, II, CF). DECISÃO DO PLENÁRIO DESTA CORTE EM SEDE DE REPERCUSSÃO GERAL.

1. O provimento de cargos públicos deve se dar por meio de concurso público, nos termos do art. 37, II, da CF.
2. A determinação de provimento de cargos públicos por servidores



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



aprovados em certame dentro do prazo de validade do concurso é medida que se impõe, não se revelando lícita a sua preterição para manutenção de empregados terceirizados nas funções públicas. Precedente em repercussão geral: RE 598.099, Plenário, Relator o Min. GILMAR MENDES.

Desta forma, verifica-se que a presente Emenda Aditiva, **deve ser aprovada na forma da Subemenda**, uma vez que está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais, bem como obedece à técnica legislativa.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da Emenda Aditiva na forma da Subemenda em anexo.

Sala das Comissões, 13 de maio de 2013.


DEP. NELSON JUSTUS
Presidente


DEP. PR EDSON PRACZYK
Relator

APROVADO

14.05.13



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça




**SUBEMENDA À EMENDA DE PLENÁRIO DO PROJETO DE LEI Nº
71/2013**

De acordo com o que determina os artigos 137, §4º e 138 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, modifica-se a redação da emenda de plenário, passando a contar com a seguinte redação:

Art. 3º. [...]

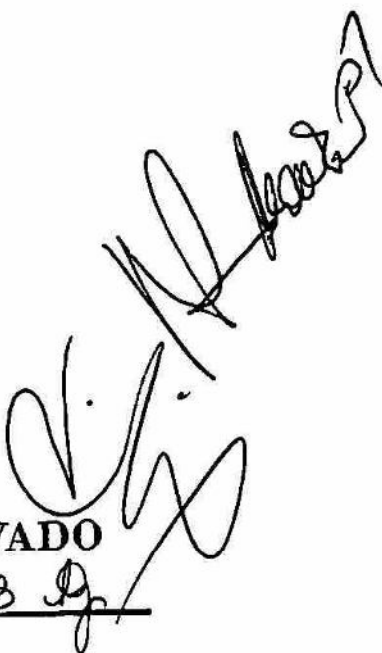
Parágrafo único: No caso de contratação de novos servidores, terão prioridade de nomeação os profissionais já aprovados no concurso sob edital nº. 115/2009, realizado pela Cops/Uel, **ressalvado o disposto na Resolução 2873, da Secretaria de Estado da Administração e Previdência - SEAP.**

Sala das Comissões, 13 de maio de 2012.


DEP. NELSON JUSTUS
Presidente


DEP. PR EDSON PRACZYK
Relator

APROVADO

14.05.13 



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 26 MAR. 2013


1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 102/2013

Súmula: Declara de Utilidade Pública o Lar dos Velhinhos São Vicente de Paulo de Campina da Lagoa, com sede e foro no Município de Campina da Lagoa.

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Lar dos Velhinhos São Vicente de Paulo de Campina da Lagoa, com sede e foro no Município de Campina da Lagoa.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26 de março de 2013.


DR. BATISTA
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

A propositura em tela tem como objetivo declarar de Utilidade Pública, o Lar dos Velhinhos São Vicente de Paulo de Campina da Lagoa, entidade sem fins lucrativos, tem por finalidade a prática da caridade cristã no campo da assistência social e da promoção humana, visando especificamente manter o estabelecimento destinado a abrigar pessoas idosas de ambos os sexos, em condições de saúde física e mental.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 102/2013

Projeto de Lei nº. 102/2013
Autora: Deputado Dr. Batista

[Súmula: Declara de Utilidade Pública o LAR DOS VELHINHOS SÃO VICENTE DE PAULO DE CAMPINA DA LAGOA, com sede e foro no Município de Campina da Lagoa.]

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA
- LEI Nº 16.888/2011 - REQUISITOS
PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Dr. Batista, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual o **LAR DOS VELHINHOS SÃO VICENTE DE PAULO DE CAMPINA DA LAGOA**, com sede e foro no Município de Campo da Lagoa, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.
(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, tendo como finalidade a assistência social, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

CONCLUSÃO

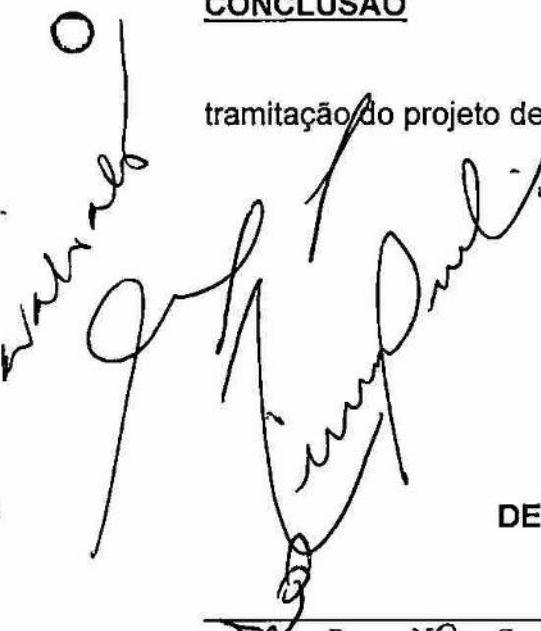
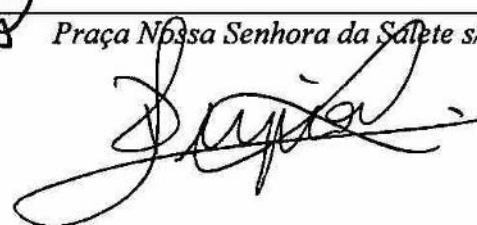
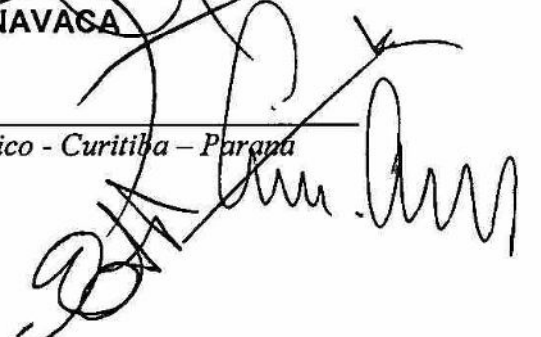
Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 07 de maio de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

APROVADO


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR




Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

~~ANTE~~PROJETO DE LEI 164/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Marechal Cândido Rondon.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Marechal Cândido Rondon, de imóvel urbano com área total de 1.000,00 m², denominado Lote 8, da Quadra 44, situado na Rua Castelo Branco, esquina com a Rua Minas Gerais, conforme descrito na Matrícula nº 18.492, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Marechal Cândido Rondon.

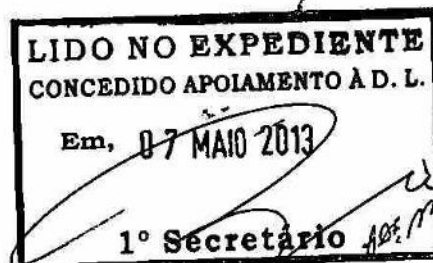
Art. 2º O imóvel em questão, que fica gravado com as cláusulas de inalienabilidade e de impenhorabilidade, será usado pelo município exclusivamente para a instalação do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS e do Centro de Referência Especial da Assistência Social - CREAS, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

Art. 3º O município terá o prazo de 02 (dois) anos para conclusão da obra e regularização cartorial da titularidade do imóvel doado, caso contrário o imóvel retornará ao patrimônio do Estado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 30 de abril de 2013.


CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

MENSAGEM

Nº035/2013

Curitiba, 30 de abril de 2013.

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em 06/05/2013.

Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar doação, ao Município de Marechal Cândido Rondon, de imóvel urbano com área total de 1.000,00 m², denominado Lote 8, da Quadra 44, situado na Rua Castelo Branco, esquina com a Rua Minas Gerais, conforme descrito na Matrícula nº 18.492, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Marechal Cândido Rondon.

A presente proposta atende plenamente ao interesse público eis que, no referido imóvel, o município pretende instalar o Centro de Referência da Assistência Social – CRAS e o Centro de Referência Especial da Assistência Social – CREAS.

É importante mencionar que no texto do Anteprojeto de Lei constam dispositivos expressos no sentido de que o imóvel em referência ficará gravado com as cláusulas de inalienabilidade e de impenhorabilidade, que será usado exclusivamente para a instalação dos já mencionados Centros, que retornará ao patrimônio do Estado do Paraná em caso de destinação diversa e que o donatário terá o prazo de 02 (dois) anos para efetuar a conclusão da obra e regularização registral da titularidade do imóvel, caso contrário o mesmo retornará ao patrimônio do Estado.

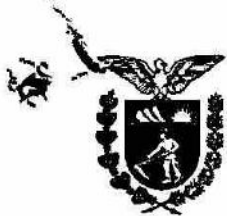
Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICHÁ

Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot. 11.818.158-1.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Diretoria de Assistência ao Plenário



REQUERIMENTO



Requer Regime de Urgência para discussão e votação o Projeto de Lei nº. 164/13.

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, **REQUER**, após ouvido o Soberano Plenário **REGIME DE URGÊNCIA** para discussão e votação do Projeto de Lei nº. 164/2013, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel ao Município de Marechal Cândido Rondon.

Sala das Sessões, 08 de maio de 2013.


Ademir Bier
Deputado Estadual

14138 08/05/2013 084003 DF ASSUNTO LEGISLATIVO DO PARANÁ

Anote-se e arquite-se

DL, 9/5/13



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DO DEPUTADO PEDRO LUPION



PARECER

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA em relação ao Projeto de Lei nº 164/2013 (Mensagem nº 035/2013 na origem), de autoria do PODER EXECUTIVO que *AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A EFETUAR A DOAÇÃO DO IMÓVEL QUE ESPECÍFICA AO MUNICÍPIO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON.*

Relator: *Deputado PEDRO LUPION*

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei (PL) n 164/13, de autoria do PODER EXECUTIVO tem por escopo doar , ao município de Marechal Cândido Rondon, imóvel urbano com área total de 1.000 m², denominado Lote 8, da Quadra 44, situado na Rua Castelo Branco, esquina com a Rua Minas Gerais, conforme descrito na Matrícula nº 18.492, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Marechal Cândido Rondon.

De acordo com a justificativa apresentada pelo Poder Executivo, a proposição atende plenamente ao interesse público eis que, no referido imóvel, o município pretende instalar o Centro de Referência Especial da Assistência Social – CRAS e Centro de Referência Especial da Assistência Social – CREAS.

Menciona que é de suma importância frisar que consta da redação do Projeto de Lei expressamente que o imóvel ficará gravado com as cláusulas de



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DO DEPUTADO PEDRO LUPION



inalienabilidade e de impenhorabilidade, e que será usado exclusivamente para a instalação dos já mencionados centros. Ainda, consta que retornará ao patrimônio do Estado do Paraná em caso de destinação diversa da prevista, no prazo de (02) dois anos.

Uma vez recebida a mensagem por esta Casa de Leis, foi encaminhada a esta Comissão conforme previsão regimental.

É O RELATÓRIO.

II – DA ANÁLISE E VOTO.

A função do controle preventivo dos Projetos de Lei, exercido por esta Comissão¹ é exatamente evitar a introdução ao ordenamento jurídico a norma inconstitucional antes que surja um conflito interindividual e/ou social que a concretize, ou seja, que seja por ela regido, exigindo sua aplicação. Fala-se, destarte, unanimemente em “integridade do ordenamento jurídico” e proteção da supremacia da Constituição e da superioridade hierárquica do direito federal em relação ao estadual.

¹ A Comissão de Constituição e Justiça cumpre o papel de realizar o controle de constitucionalidade preventivo, próprio do nosso sistema, cuja importância remonta aos princípios basilares do Estado de Direito, pois é através dele que se evitam as arbitrariedades contra os cidadãos e se colocam limites ao poder estatal. Acerca do controle constitucional preventivo realizado pelo Poder Legislativo, V. Pedro LANZA, o qual menciona que: ‘O Legislativo verificará, através de suas comissões de constituição e justiça, se o projeto de lei, que poderá virar lei, contém algum vício a ensejar a sua inconstitucionalidade’. (LANZA, Pedro. DIREITO CONSTITUCIONAL, 16ª.Ed. rev. atual. e ampl. São Paulo:Saraiva, 2012, p. 256)





PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DO DEPUTADO PEDRO LUPION



Compete, assim, se pronunciar quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e redação do projeto de Lei sob exame, nos termos do que prevê o 33-A, inciso I², do Regimento Interno.

Em um primeiro momento, válido mencionar que entendo que a competência outorgada pelo RI desta Casa de Leis a esta comissão, quando determina a análise da constitucionalidade das proposições, o Parlamentar deve analisá-la amplamente, tanto em seus aspectos formais como materiais.

Em linguagem jurídica, ao fazer menção ao aspecto material de determinado fenômeno, está se referindo ao conteúdo, à matéria por este abordada; enquanto ao mencionar um aspecto formal, está se enfocando o mecanismo através do qual este fenômeno teve origem.

A constitucionalidade material³ é observada quando o conteúdo de um ato jurídico obedece às disposições da Constituição Federal. A constitucionalidade formal⁴, por sua vez, surge quando na elaboração de um ato verificam-se os procedimentos previstos pela Carta Magna.

² Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

³ Em relação a constitucionalidade formal V. LANZA, Pedro. Op. cit. p.254, o qual menciona que: '[...] o vício material (de conteúdo, substancial ou doutrinário_ diz respeito à 'matéria', ao conteúdo do ato normativo. Assim, aquele ato normativo que afronta qualquer preceito ou princípio da Lei Maior deverá ser declarado inconstitucional, por possuir um vício material.'

⁴ A inconstitucionalidade em nível formal ocorrerá quando observar-se o oposto disto, podendo incluir não apenas vícios no procedimento em si, mas também vícios de competência, abrangendo normas criadas por pessoas sem legitimidade para legislar em função de óbice imposto pela Constituição Federal. Acerca do assunto V. Alexandrino, Marcelo. Paulo, Vicente. *Resumo de direito constitucional descomplicado*. 2. ed. São Paulo: Método, 2009. p. 300.





PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DO DEPUTADO PEDRO LUPION



Realizadas estas considerações iniciais passo a analisar o juízo de adequação procedimental em relação a Constituição Estadual e a Constituição da República, verificando a constitucionalidade formal e material do presente projeto de Lei.⁵

Em relação a constitucionalidade formal, quanto à técnica legislativa, não há qualquer óbice ao texto do projeto, estando todos de acordo com as normas impostas pela Lei Complementar nº 95, de 26/2/98, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26/4/01.

Sobre a iniciativa de projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. [RIALEP] A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65, o qual menciona:

Art. 65. [CE] A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

⁵ Cf. menciona Pedro LANZA, em relação a constitucionalidade/inconstitucionalidade formal: '[...] a inconstitucionalidade formal propriamente dita decorre da inobservância do devido processo legislativo'. (LANZA, Pedro. Op. cit. p. 252)





PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

GABINETE DO DEPUTADO PEDRO LUPION



Ultrapassada a questão da iniciativa, a análise detida da proposição, revela não existirem problemas relativos aos aspectos a observar nesta oportunidade.

Deve-se considerar que a iniciativa para a proposição de Projetos de Lei que venham a disponibilizar bens pertencentes ao patrimônio do Estado é exclusiva do Poder Executivo, estando o presente PL de acordo com a legislação.

Ainda, conforme determina a Constituição do Estado do Paraná, os bens imóveis pertencentes ao Estado só poderão ser objeto de doação mediante Lei, nos termos do artigo 10, *in verbis*:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Logo, a via eleita é escorreita para repassar ao município o imóvel qualificado no Relatório do presente.

No mesmo sentido o Projeto de Lei está em conformidade com o que determina o artigo 17⁶, inciso I, alínea 'a' da Lei 8666/93, não havendo qualquer obstáculo para sua aprovação.

⁶ Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos: [...] b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f, h e i;





PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DO DEPUTADO PEDRO LUPION



Quanto ao conteúdo, também não vislumbro, no projeto, nenhuma incompatibilidade entre o que ali se propõe e as regras e princípios do texto constitucional vigente.

Assim sendo, nota-se que o projeto de lei em análise encontra-se amparado pelos princípios legais norteadores do Direito Público Constitucional, motivo pelo qual nada obsta seu prosseguimento.

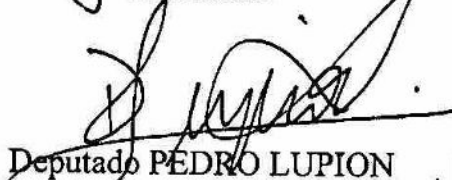
III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei n. 164/2013, de autoria do Poder Executivo, em virtude de sua **LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE**.

Sala das Comissões, 14 de Maio de 2013.


Deputado NELSON JUSTUS

Presidente


Deputado PEDRO LUPION

Relator





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro
Deputado Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato; Deputado Tercílio Turini.



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 164/2013

Projeto de Lei nº 164/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 035/2013

**Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a
doação do imóvel que especifica ao Município
de Marechal Cândido Rondon.**

I – PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei 164/2013, de autoria do Poder Executivo, através da mensagem 035/2013, objetiva efetuar a cessão de uso de imóvel, ao Município de Marechal Cândido Rondon no Estado do Paraná, da área constituída de 1.000,00 m², conforme descrito na matrícula nº 18.492 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Marechal Cândido Rondon-PR.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 164/2013**, na qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto objetiva beneficiar o município de Marechal Cândido Rondon no Estado do Paraná, com a doação de um imóvel destinado exclusivamente ao Serviço Público Municipal. A área acima descrita será utilizada especificamente para a instalação do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS e do Centro de Referência Especial da Assistência Social no Município, uma ação que fortalecerá a atenção básica e o crescimento regional, sem que para isso haja interrupção ou limitação de qualquer atividade social já executada, um trabalho pela continuidade do crescimento regionalizado de forma pública e específica.

Cumpra a nós destacar que “*Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu*



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro
Deputado Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato; Deputado Tercílio Turini.



gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos", nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição. O **Projeto de Lei 164/2013** em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 035/2013 que vem de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Lei Estadual 15.608/07 no que diz respeito à alienação de bens da Administração Pública Estadual:

Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:

I Existência de interesse público devidamente justificado; (...)

(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)

Lembrando que este imóvel poderá retornar ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, ficando claro que sua destinação será de uso exclusivo ao bem comum de forma específica e devidamente justificada.

III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: "*A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal*". (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar claramente os direitos humanos e a busca de mecanismos que beneficiem a população. Desta forma, o **Projeto de Lei 164/2013**, no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto, restando grandes benefícios em sua composição para ser aprovado por esta Comissão.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro
Deputado Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato; Deputado Tercílio Turini.



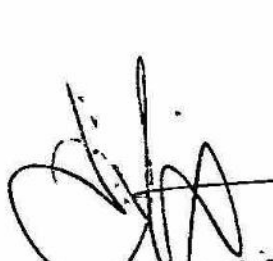
IV – VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição encontra fortes respaldos para ser aprovado em razão de seus benefícios ao Município de Marechal Cândido Rondon, merecendo de forma indiscutível total apoio desta Comissão.

Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 164/2013, em sua forma apresentada.

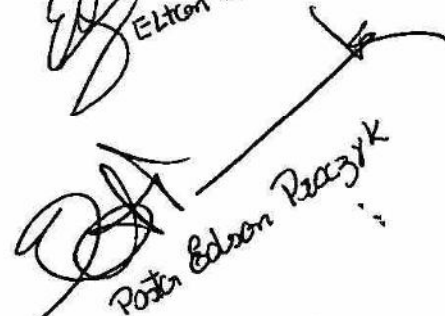
*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das Comissões em 15 de maio de 2013.*


FRANCISCO BUHRER
Presidente da Comissão


ADELINO RIBEIRO
Relator


Jonas Guimarães


Elton Welter


Pastor Edson Praczyk